

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS - COMITÊ DE LIGAS ACADÊMICAS DE CUIDADOS PALIATIVOS

DOCUMENTO NORTEADOR DE PROPOSTAS PARA O 1º FÓRUM DE DEBATES SOBRE LIGAS ACADÊMICAS DE CUIDADOS PALIATIVOS DO BRASIL.

INTRODUÇÃO

Com a expansão mundial e nacional dos Cuidados Paliativos (CP), observa-se o crescente interesse pela área por parte de profissionais e, mais recentemente, de estudantes universitários das profissões da saúde. Isso pode ser evidenciado pelo aumento no número de Ligas Acadêmicas de Cuidados Paliativos (LACP's) De acordo com o último levantamento realizado, são mais de 60 ligas cadastradas na Academia Nacional de Cuidados Paliativos - ANCP (<https://paliativo.org.br/anep/ligas-academicas/>, acessado em 10/07/20)

Essa movimentação no meio estudantil deu-se tanto no crescimento de sua participação nos Congressos Nacional e Estaduais da ANCP, como também levou à elaboração da proposta de criação da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Cuidados Paliativos (ABLACP).

Para compreender esse fenômeno e suas razões, um grupo de docentes tutores/ coordenadores de ligas procurou compreender e auxiliar nesse processo e, de imediato, identificou várias expectativas e necessidades dos estudantes que até então foram pouco contempladas na relação com a ANCP.

Sensível à essa questão das demandas dos estudantes interessados no tema, a diretoria da ANCP autorizou em setembro de 2020 a criação do Comitê de Ligas Acadêmicas de Cuidados Paliativos, inicialmente formado por tutores de ligas de diversas universidades. Este Comitê da ANCP realizou uma série de reuniões internas e com os estudantes envolvidos no processo de criação da ABLACP, buscando construir uma relação entre os dois grupos de forma sólida e segura.

Como decorrência desse trabalho, foi proposta a realização de um Fórum de debates, para elaborar um documento que represente as reivindicações, expectativas, anseios e esperanças dos

estudantes universitários brasileiros da área da saúde e interessados na área dos Cuidados Paliativos, que seja representativo, reconhecido e validado pela ANCP.

A Comissão Organizadora do Fórum é constituída pelos membros do Comitê de Ligas Acadêmicas da ANCP e representantes dos estudantes que participam da organização da ABLACP. Espera-se, com essa ação, unir forças e ideias a fim de produzir uma pauta transparente e significativa que contemple os anseios dos participantes.

O objetivo deste documento norteador é fornecer informações de caráter público sobre regimentos, normas e regulamentações existentes no território brasileiro no que diz respeito à organização e funcionamento das ligas acadêmicas. Além disso, pretende clarificar a história recente do debate sobre as LACP's e sua relação com a ANCP, permitindo que se elaborem propostas alinhadas e pertinentes com as necessidades reais percebidas pelos estudantes e tutores dessas agremiações. Também pretende, como o nome já diz, nortear e orientar os debates que deverão ocorrer como preparação para o Fórum, tornando o trabalho mais dinâmico e objetivo, com melhor aproveitamento do tempo e da energia de todos.

SUBSÍDIOS PARA A DISCUSSÃO

1. BREVIÁRIO DAS LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA: O MOVIMENTO PALIATIVO

As Ligas Acadêmicas de Medicina (LAM) estão sofrendo, nos últimos anos, um processo de expansão nas Escolas Médicas do Brasil (EMB). De forma geral, as LAM “podem ser definidas como associações de alunos de diferentes anos da graduação médica que buscam aprofundar seus conhecimentos, orientando-se segundo os princípios do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão⁽¹⁾. O relato mais antigo de LAM, data de 8 de setembro de 1918, em que os alunos da Faculdade de Medicina (FM) de São Paulo, com apoio do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, criaram um posto de tratamento na Santa Casa de Misericórdia⁽²⁾.

Quase sete décadas após, o HC-UFRS iniciou o atendimento em Cuidados Paliativos (CP) em 1985, com a Unidade de Tratamento de Dor, na época chefiada pela Dra. Mirian Marteleite. Uma década depois, em 1994, o professor Marco Túllio de Assis Figueiredo criou a disciplina optativa, liga e ambulatório de CP na Escola Paulista de Medicina (EPM-UNIFESP). Seguindo a tendência do

aumento de EMB, é possível observar um aumento exponencial do número de LAM, principalmente nas últimas décadas. O número já ultrapassa 5.000 LAM espalhadas em 342 EM.

Posteriormente, seguem-se outras iniciativas exitosas na FM-UF de Caxias do Sul (RS, 2004), LACP- USP (SP, 2007), Arte do Cuidar na FM de Itajubá (MG, 2010), Liga de Humanidades Médicas e CP no Curso de Medicina-Unifenas BH (MG, 2011), o movimento propaga-se a outras EMB. De certa forma, a participação em LAM de CP oferece complementação ao ensino-aprendizagem e experiência clínica interdisciplinar para certo número de alunos⁽³⁾.

Em paralelo, ao final da década de 1990, as discussões em Educação Médica passaram a considerar a possibilidade de os estudantes incluírem parte de suas grades curriculares com Ligas, o que corroborou ainda mais para o reconhecimento desse tipo de atividade acadêmica. Como exemplo dessa tendência, o trabalho de Costa, Caldato e Furlaneto (2019)⁽⁴⁾ sobre a percepção de estudantes de medicina do último ano em CP encontram 60% de alunos despreparados para lidar com óbitos em cenário de urgência e metade deles desconhecem o significado da ortotanásia e/ou distanásia. “Os resultados mostram que ainda há lacunas no conhecimento desses estudantes, explicitando a necessidade de que escolas médicas reforcem práticas pedagógicas sobre a morte”. (p. 661).

Como marcos organizacionais, a fundação da Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Medicina – ABLAM – aconteceu em 2006, durante o 8º Congresso Brasileiro de Clínica Médica, e conta com o apoio de várias entidades médicas regionais e nacionais.

Mais recentemente, durante o II Congresso Paulista de CP, ocorreu o I Encontro de Ligas Acadêmicas de CP da Academia Nacional de Cuidados Paliativos (ANCP) devido a ANCP entender a importância do papel desempenhado pelas ligas na divulgação do CP entre os futuros profissionais da área de saúde⁽⁵⁾, destacando o fato de que houve um aumento significativo da participação de ligas multiprofissionais de cuidados paliativos e não somente Ligas de Medicina.

Os discentes de diferentes cursos das áreas da saúde, também observaram a importância da atividade das ligas e resolveram se organizar em um fórum de “ligantes” a nível nacional, com proposta de criar uma Associação Brasileira de Ligas Acadêmicas de Cuidados Paliativos (ABLACP), cuja a organização da fundação ocorreu simultaneamente à organização do I Simpósio Interdisciplinar Acadêmico de Cuidados Paliativos, que teve 4095 inscritos e 982 concludentes certificados, demonstrando a força do movimento e a clemência por um ensino acadêmico de CP

em nosso País. Para promover uma maior aproximação entre os estudantes membros das Ligas acadêmicas e o recém criado Comitê de Ligas de CP da ANCP, foi acordada a suspensão temporária das ações societárias da ABLACP até que a ANCP discuta em profundidade com os representantes da Ligas sobre esse movimento com objetivos congruentes aos da ANCP. (OLIVEIRA, relato pessoal, 2020)⁽⁶⁾.

2. AS ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAS

Ao mesmo tempo em que ocorreram movimentações ativas de estudantes de graduação, em especial, os das áreas de Ciências da Saúde, ao final da década de 80 houve um reconhecimento legal dessa atividade acadêmica, com sua inclusão na Constituição e a organização do Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX). Mais recentemente, nas últimas décadas, observa-se uma expansão das ações extensionistas, não apenas em quantidade, mas também na dimensão e no impacto dessas ações na formação do graduando e na melhoria da qualidade de vida e saúde da população.

Como atividade que articula ações de ensino e pesquisa, a extensão fomenta o estreitamento das relações entre a Universidade e a Sociedade, a fim de que esta seja transformadora daquela, atendendo às suas demandas e promovendo a modificação do cenário local.

A fim de esclarecimento, é necessário que se descreva neste Documento Norteador, algumas diretrizes e definições relacionadas às ações extensionistas, a seguir.

As Extensões Universitárias se enquadram em áreas do conhecimento e linhas de extensão pré-definidas, de acordo com o escopo a ser trabalhado na atividade proposta e em consonância com a organização e sistematização da Extensão Universitária no âmbito institucional onde se dará o registro da referida atividade, uma vez que as Instituições de Ensino Superior (IES) possuem autonomia para definir diretrizes internamente. Ademais, todas as ações de extensão devem contemplar quatro eixos principais:

Impacto e transformação: estabelecer uma relação entre a Universidade e a outros setores da Sociedade, com ações voltadas para o desenvolvimento regional e político, além da transformação da realidade, com o compromisso de buscar soluções para questões prioritárias;

Interação dialógica: realizar ações de dupla via, interagindo com a sociedade e levando o conhecimento produzido na Universidade para a Sociedade;

Interdisciplinaridade: estabelecer relações entre os diversos campos do saber, promovendo a inter-relação organizacional, profissional e pessoal;

Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: vincular a ação de extensão ao processo de formação de pessoas e geração do conhecimento, posicionando o discente como protagonista e responsável pela sua formação. Nesse contexto, as ações extensionistas podem, ainda, contribuir com a formação e implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Quanto ao formato e modalidade, a ação de extensão pode ser enquadrada em uma das modalidades abaixo:

I - Programa: engloba diversas ações menores, tanto de extensão, quanto de ensino e pesquisa, cada um com metodologias e objetivos claros, de médio e longo prazo, cuja finalidade é atender a objetivos gerais em comum;

II - Projeto: ações com objetivo claro, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico em um prazo pré-determinado. Recomenda-se que esteja vinculado a um programa, embora não seja uma exigência. Ao final do prazo estipulado, os resultados alcançados devem construir um produto, contribuindo para a expansão do programa e/ou aperfeiçoamento das instituições envolvidas.

III - Curso: ações pedagógicas teóricas presenciais ou a distância, ou práticas, presenciais, desenvolvidas sistematicamente, com carga horária mínima de oito horas e avaliação. Nesta modalidade se inserem algumas outras modalidades de cursos como, iniciação, atualização ou treinamento/qualificação profissional, sendo necessário, para esta última, no mínimo 40 horas.

IV - Evento: atividades de exibição e divulgação pública, livre, de produtos do conhecimento, culturais, científicos e tecnológicos, desenvolvido ou conservado no âmbito da Universidade. Os eventos também são classificados de acordo com o porte e abrangência, podendo ser classificados como congresso, simpósio, jornada, seminários, encontro, fórum, exposição, espetáculo, evento esportivo, festival ou equivalentes.

V - Prestação de Serviço: refere-se a oferta de determinado serviço à comunidade, baseando-se no conhecimento gerado na Universidade, classificada como Serviço Eventual, Assistência à Saúde Humana, Assistência à Saúde Animal, Laudos Técnicos, Assistência Jurídica e

Judicial, Atendimento ao Público em Espaços de Cultura, Ciência e Tecnologia, Atividades de Propriedade Intelectual.

VI - Publicação e Outro Produto Acadêmico: trata-se da produção de publicações decorrentes das ações de extensão, como foco na divulgação da informação à comunidade ou a um grupo específico de público, é também possui classificações de acordo com sua formatação: Livro, Capítulo de Livro, Anais, Comunicação, Manual, Jornal, Revista, Artigo, Relatório Técnico, Produto Audiovisual-Filme, Produto Audiovisual-Vídeo, Produto Audiovisual-CDROM, Produto Audiovisual-DVD, Produto Audiovisual-Outros, Programa de Rádio, Programa de TV, Software, Jogo Educativo, Produto Artístico e Outros.

Conforme o exposto, uma Liga Acadêmica se encaixa claramente no formato de um Programa de Extensão, através do qual pode desenvolver atividades de ensino, extensão e pesquisa, entre outros, incluindo a realização de eventos de porte variado, cada qual registrada de acordo com a normatização institucional, mas vinculadas ao Programa de Extensão, que é a Liga Acadêmica. Contudo, com a expansão e reconhecimento da importância das Ligas Acadêmicas na formação discente, considerando ainda a dimensão das atividades que realizam, percebe-se a necessidade de criação de instrumentos de normatização e orientação específicos para as Ligas Acadêmicas, uma vez não são contempladas, em sua especificidade, por legislações extensionistas.

Tendo isso em vista, e lançando mão de sua autonomia, algumas Universidades criaram resoluções, regimentos e outras ferramentas de normatização para a criação, funcionamento e reconhecimento institucional das Ligas Acadêmicas. Outras, criaram Comitês de Ligas Acadêmicas e/ou outros órgãos orientativos e deliberativos, com foco exclusivo nas Ligas Acadêmicas. Apesar da diversidade de processos, em todas as normatizações é uniforme a exigência obrigatória de docente ou profissional vinculado à instituição, assumindo a posição de coordenador, tutor ou orientador, termos também variáveis em cada instituição e localidade. Esses procedimentos burocráticos visam assegurar que a atividade extensionista busque contemplar o tripé indissociável composto por ações de ensino, pesquisa e extensão.

Consideradas, de modo geral, um órgão acadêmico de natureza científico-acadêmica formado por pessoas civis, sem fins lucrativos, apartidário e com autonomia de gestão, devem possuir regimento ou estatuto próprios, para os quais a Universidade pode fornecer um modelo base, ou não. Esse estatuto deve reger toda a estrutura administrativa e executiva, bem como o

funcionamento da Liga Acadêmica. Contudo, a ausência de normas regulamentadoras de instâncias superiores, promove a divergências entre Universidades e entre as próprias ligas, especialmente no tocante ao registro e reconhecimento da Liga Acadêmica pela Universidade.

Ressalta-se que a grande maioria dos documentos encontrados disponíveis é de instituições ou órgãos públicos. Não se buscou inserir neste texto normatizações de entidades privadas, haja vista que estas possuem uma maior autonomia e heterogeneidade na condução de atividades extensionistas. Não obstante, um dos anseios deste comitê para longo prazo, se refere exatamente à uniformização, ainda que não impositiva, das configurações de estrutura organizacional, política e de funcionamento das Ligas Acadêmicas de Cuidados Paliativos, promovendo o seu reconhecimento pela Universidade à qual se vincula e pelas Sociedades profissionais.

3. EIXOS TEMÁTICOS PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS

As ligas deverão elaborar propostas nessa linha após discussões internas

EIXO TEMÁTICO 1: TUTORES – Debate sobre o papel e presença dos tutores nas Ligas e relação dos Tutores com a ANCP.

Questões para discussão: Como tem sido o papel dos tutores na liga, sua presença e estilo de orientação? Quais poderiam ser as estratégias para promover maior adesão do tutor às atividades da liga? Qual a relação que deve haver entre os tutores e a ANCP (filiação ou não)? O tutor tem que ter formação em CP e ser associado à ANCP?

EIXO TEMÁTICO 2: DIRETRIZES DE CONTEÚDO PROGRAMÁTICO MÍNIMO – Debate sobre a proposta de inclusão de conteúdos de Cuidados paliativos na formação profissional dos profissionais de saúde durante a graduação.

Questões para discussão: Deve haver um conteúdo curricular mínimo a ser cumprido na graduação e pelas ligas? Como construir, acompanhar e avaliar essa atividade? É possível estabelecer um conteúdo mínimo? Quem possui autonomia para regular estas atividades se houver conteúdo definido? Esta pode ser uma exigência apenas para o cadastramento junto à ANCP, mas qual seria a contrapartida da ANCP nessa questão? Poder-se-ia pensar em colaborar sanando lacunas não atendidas internamente pela liga.

EIXO TEMÁTICO 3: AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – Debate sobre como acompanhar e avaliar o desenvolvimento das Ligas e consonância com os objetivos da ANCP.

Questões para discussão: Como podemos avaliar o desempenho das ligas? Desde frequência de alunos e tutores, número de encontros, temas abordados, formato de desenvolvimento dos temas, atividades de extensão, mensuração do impacto na comunidade e para os estudantes. Essa questão seria aplicável somente às ligas cadastradas.? Qual o nível de rigor nesse acompanhamento e avaliação de ligantes e da própria liga? Atas??

REFERÊNCIAS

1. BREVIÁRIO DAS LIGAS ACADÊMICAS DE MEDICINA: O MOVIMENTO PALIATIVO

- 1) BOTELHO, N. M.; FERREIRA, I. G.; SOUZA L. E. A. Ligas Acadêmicas de Medicina: Artigo de Revisão. Revista Paraense de Medicina, v. 27, n. 4, p. 85-88, out.-dez., 2013.
- 2) GERMECK, O.A. (1941). A Liga de Combate a Sífilis: sua ação em vinte anos de atividade. Revista De Medicina, 25(87), 9-14. <https://doi.org/10.11606/issn.1679-9836.v25i87p9-14>
- 3) FIGUEIREDO, M. G. M. C. A; STANO, R. C. M. T. O estudo da morte e dos cuidados paliativos: uma experiência didática no currículo de medicina. Revista Brasileira de Educação Médica, v. 37, n. 2, p. 298-307, 2013.
- 4) COSTA, T. N. M.; CALDATO, M. C. F.; FURLANETO, I. P. Percepção de formandos de medicina sobre a terminalidade da vida. Rev. Bioét. (Impr.). 2019; 27 (4): 661-673.
- 5) ANCP (Academia Nacional de Cuidados Paliativos). Disponível em: <<https://paliativo.org.br/i-encontro-ligas-academicas-cuidados-paliativos-an-cuidados-paliativos/>>. Acesso em: 27 ago.2020.
- 6) Oliveira, J. R. O movimento das ligas de cuidados paliativos no Brasil: memórias, conquistas e desafios. (No prelo). 2020.

2. AS ATIVIDADES DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIAS

- 1) BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 243, Seção 1, p. 49, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/222807411/dou-secao-1-19-12-2018-pg-49?ref=next_button. Acesso em: 21 out. 2020.
- 2) BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Universidade Federal de Minas Gerais. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras: extensão universitária: organização e sistematização. CORRÊA, Edison José (org.). Coordenação Nacional do FORPROEX, Belo Horizonte. Ed. Coopmed, 2007, p. 112. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/colecao-extensao-universitaria>. Acesso em: 21 out. 2020.
- 3) BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Sergipe. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resolução nº 47/2019/CONEPE. Normatiza e Institucionaliza

as Atividades de Extensão da Universidade Federal de Sergipe. 16 dez. 2019. Disponível em: <http://proex.ufs.br/pagina/7109-normas-e-resolucoes>. Acesso em: 21 out. 2020.

- 4) BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal de Sergipe. Conselho do Ensino, da Pesquisa e da Extensão. Resolução nº 7/2018/CONEPE. Normatiza a criação, o reconhecimento e o funcionamento de Ligas Acadêmicas na Universidade Federal de Sergipe. 13 mar. 2018. Disponível em: <http://proex.ufs.br/pagina/7109-normas-e-resolucoes>. Acesso em: 21 out. 2020.
- 5) BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 251, Seção 1, p. 12, 31 dez. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=31/12/2010&jornal=1&pagina=12&totalArquivos=168>. Acesso em: 21 out. 2020.
- 6) RENEX. Rede Nacional de Extensão. Plano nacional de extensão universitária. Coleção extensão universitária. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, v. 1. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/colecao-extensao-universitaria>. Acesso em: 21 out. 2020.
- 7) RENEX. Rede Nacional de Extensão. Política nacional de extensão universitária. Coleção extensão universitária. Fórum de pró-reitores de extensão das universidades públicas brasileiras, Manaus, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/index.php/documentos/colecao-extensao-universitaria>. Acesso em: 21 out. 2020.

MEMBROS DO COMITÊ DE LIGAS ACADÊMICAS DA ANCP

ALEXANDRE ERNESTO DA SILVA – UFSJ – DIVINÓPOLIS – MG (ANCP)

CLARICE NANA YAMANOUCHE – HOSPITAL ERASTO GAERTENER – CURITIBA – PARANÁ

DANIEL PEREIRA RODRIGUES – UFTM – UBERABA – MINAS GERAIS (SEC.)

INÊS GIMENES RODRIGUES – PUC-PR – LONDRINA – PR

JOSÉ RICARDO DE OLIVEIRA – MÉDICO – UNIFENAS – MINAS GERAIS KAROLINE RODRIGUES

DA SILVA MARTINS – MANAUS – AM

LUÍS FERNANDO RODRIGUES – MÉDICO – FACISB – BARRETOS – SP (COORD.) MADALENA DE

FARIA SAMPAIO – PUC-PR – LONDRINA – PR

MARIA DAS GRAÇAS MOTA DA CRUZ ASSIS FIGUEIREDO – MÉDICA – FMIT – ITAJUBÁ –

MG



MARYSIA MARA RODRIGUES DO PRADO DE CARLO – TERAPEUTA OCUPACIONAL – USP –
RIBEIRÃO PRETO – SP (VICE-COORD.)

RICARDO TAVARES DE CARVALHO – USP – SÃO PAULO – SP